



Estudos Teológicos foi licenciado com uma Licença Creative Commons –  
Atribuição – NãoComercial – SemDerivados 3.0 Não Adaptada

<http://dx.doi.org/10.22351/et.v57i1.2958>

## **À IGREJA DE FARDA: BATISTAS E A DITADURA CIVIL-MILITAR<sup>1</sup>**

*The Church in military uniform:  
Baptists and the civilian-military dictatorship*

**Sérgio Ricardo Gonçalves Dusilek<sup>2</sup>  
Clemir Fernandes da Silva<sup>3</sup>  
Alexandre de Carvalho Castro<sup>4</sup>**

**Resumo:** Com base em um método qualitativo exploratório-descritivo na modalidade de análise documental, procurou-se analisar, sob o prisma de Erich Auerbach, elementos históricos extraídos principalmente de documentos oficiais da Convenção Batista Brasileira (CBB), que apontam para o envolvimento da Liderança Batista com o golpe militar de 1964. Para tanto, esse trabalho utilizou três principais fontes: a) a primeira, oriunda de extensa e autorizada pesquisa nos documentos oficiais da CBB, especialmente as atas, anais e relatórios do seu Conselho; b) a segunda, vinda do semanário O Jornal Batista; c) por fim, o modelo de interpretação figural de Auerbach aplicado à recente história dos batistas no período do regime militar, especialmente no primeiro e no último quinquênio. Da conexão desses polos quinquenais pelo método de interpretação figural, pode-se notar o preenchimento e a ressignificação de tais períodos, trazendo novas luzes e permitindo afirmar que líderes batistas aderiram ao processo reacionário. Seja na mudança do redator do O Jornal Batista, principal semanário da denominação, seja no estreitamento das relações entre líderes batistas com a alta cúpula militar, ou ainda na obtenção de uma concessão de canal para TV aberta, os batistas patentearam sua fidelidade aos generais. Essa cooptação não deixou de ser paradoxal ao ideal de liberdade que está na gênese do pensamento e da forma de ser batista. Ao apoiar como liderança da CBB a ditadura civil-militar e sua repressão, os batistas traíram um de seus pilares, comutando-a e travestindo-a em uma “liberdade” religiosa.  
**Palavras-chave:** Batistas. Ditadura. Auerbach. Realismo.

---

<sup>1</sup> O artigo foi recebido em 04 de março de 2017 e aprovado em 21 de abril de 2017 com base nas avaliações dos pareceristas *ad hoc*.

<sup>2</sup> Doutorando em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Juiz de Fora/MG, Brasil). Pastor na Igreja Batista Marapendi RJ/RJ. Contato: [sdusilek@gmail.com](mailto:sdusilek@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Sociais (PPCIS/UERJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, e coordenador do Instituto de Estudos da Religião (ISER), Rio de Janeiro, RJ. Contato: [clemirfernandes@uol.com.br](mailto:clemirfernandes@uol.com.br)

<sup>4</sup> Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil), em 2005, professor do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Relações Étnico-Raciais do CEFET/RJ. Contato: [o.aken@uol.com.br](mailto:o.aken@uol.com.br)

**Abstract:** Based on a qualitative exploratory-descriptive method in a modality documentary analysis, the article seeks to analyse under Auerbach's point of view, the historic elements taken out mainly from official documents of the Brazilian Baptist Convention (CBB), which indicate the Baptist Church's involvement with the military coup in 1964. Therefore, three main sources were used in this work: a) the first comes from a long and authorized research on official documents of the Brazilian Baptist Convention, especially from its council annals and records; 2) the second comes from the weekly periodical, *The Baptist Newspaper*; 3) at last, from Auerbach's model of figural interpretation applied to the recent Baptist history during the Military Government System period, mainly in the first and last five years. From the connection of these two periods of time, it is possible to notice, through the method of figural interpretation, the fulfilling and re-significance of these two periods, which brings us new lights and permits us to affirm that Baptist leaders adhered to the reactionary process. Through the change of the editor of *The Baptist Newspaper*, the main weekly Baptist publication, through the intensification of relations between Baptist leaders and the high-ranking military and even through the obtention of an open TV channel concession, Baptist made evident their loyalty to the military leaders. This cooptation seemed to be a paradox to the freedom ideal which is in the genesis of the thought and in the form of being a Baptist. As they supported the Military Dictatorship and its repression as leaders of the CBB, the Baptists betrayed one of their pillars, commuting and disguising it to a religious "freedom".

**Keywords:** Baptists. Dictatorship. Auerbach. Realism.

## Introdução

Ao expor o envolvimento dos batistas da Convenção Batista Brasileira (CBB) com a ditadura civil-militar procurar-se-á desvelar, mediante uma análise documental histórica, como esse envolvimento ocorreu e que instrumentos sinalizadores foram utilizados nesse processo. Ao trazer a lume os fatos históricos que sustentam esse apoio, analisar-se-á que ao sair do ocultamento, do "apoio velado", para uma vinculação declarada no final do período do governo militar, a liderança da CBB revelou o que por anos ocultara: seu apoio aos militares. Nesse sentido, os batistas não foram fisiologistas, pois uma marca importante desse grupo é seu impressionante "time" para saber a hora de acoplar e também de desacoplar de um governo. A liderança da CBB demonstrou ao longo do tempo seu adesismo aos militares. Isso porque os verdadeiros apoiadores não aparecem, mas permanecem. E os batistas hipotecaram seu apoio aos militares até mesmo quando o regime se encontrava enfraquecido. Aliás, semelhantemente a Constantino, o imperador romano, os generais buscaram apoio para uma sobrevida no campo religioso e o encontraram na liderança evangélica de então, especialmente a batista.

Algumas observações, no entanto, precisam ser dadas em relação ao procedimento metodológico adotado na pesquisa. A intenção deste texto não é apresentar um discurso unificador e essencializado frente às relações entre os batistas e a ditadura civil militar, inclusive porque não é possível desenvolver uma abordagem que capture de forma singular o sentido de "os batistas", posto que se trata de um grupo social

extremamente plural. Deve ficar claro, então, que o artigo prioriza, em detrimento dos demais batistas que pensavam de maneira divergente, aqueles que prioritariamente formaram a “igreja de farda”, ou seja, os líderes batistas que vestiram de modo uniforme o fardamento de apoio ao regime ditatorial. Assim sendo, dada essa opção pelo objeto de pesquisa, o foco da metodologia se voltou para os relatos e versões tidas como oficiais: a documentação oriunda da Convenção Batista Brasileira (incluindo as publicações e reportagens de seu hebdomadário oficial).

A escolha desse *corpus* de pesquisa, centrado estritamente nesse conjunto de documentos, se justifica plenamente porque tais materiais podem ser identificados e considerados como as fontes mais importantes ao se considerar esse grupo específico de batistas reacionários. As tensões, divergências, oposições e os antagonismos batistas não encontravam lugar na documentação oficial do período, que preconizava pelo pensamento único, razão pela qual, dentro do tema deste artigo, tais documentos permitem fundamentar adequadamente o estudo.

Além disso, convém ressaltar que a análise aqui desenvolvida também optou por uma abordagem panorâmica, uma vez que estudos nessa área, sobre os batistas, apresentam grandes lacunas acadêmicas e bibliográficas. Nesse sentido, as indicações apresentadas procuraram aludir a fatos que, conquanto não se relacionem necessariamente de forma direta ou linear, auxiliam a configuração de um cenário geral do período. No encadeamento de uma linha de pesquisa que procura aprofundar as relações desse momento histórico, e já tem um estudo publicado sobre a identidade batista<sup>5</sup>, o presente artigo pretende fornecer uma visão abrangente da adesão política de líderes religiosos, investigação essa que será complementada posteriormente, por outras pesquisas com direcionamentos mais específicos. A contribuição de “A igreja de farda” para o campo de estudos, conseqüentemente, consiste em suprir a lacuna acadêmica em estudos brasileiros, onde falta uma ampla configuração geral do apoio de líderes batistas ao regime ditatorial civil-militar dos anos 1964-1985.

O método qualitativo empregado assumiu os moldes de um estudo exploratório-descritivo na modalidade de análise documental. A consulta aos documentos foi realizada no período de janeiro a março de 2015, e os documentos – listados na bibliografia final – foram coletados e reproduzidos em arquivos “JPEG”, após a autorização e prestimosa colaboração do pastor Sócrates Souza, atual diretor executivo da Convenção Batista Brasileira (CBB). Nesse sentido, foram analisados diversos anais, relatórios, livros de atas, procurando verificar como se deu o envolvimento da liderança batista da CBB com o regime militar. Tal acesso permitiu trazer novas luzes a esse envolvimento, cujo foco, neste artigo, reside na atuação da liderança batista da CBB no apoio à ditadura.<sup>6</sup> Além disso, foram analisadas as edições de O Jornal Batista

---

<sup>5</sup> CASTRO, Alexandre de Carvalho; DUSILEK, Sérgio Ricardo Gonçalves; SILVA, Clemir Fernandes. Identidade Social, Mídia Televisiva e Construção Histórico-Cultural da Memória Coletiva: o caso de um movimento sócio-religioso no Brasil. *RELIGIÃO & SOCIEDADE*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 74-102, 2016.

<sup>6</sup> Não se quer dizer com isso que outros grupos protestantes históricos não tenham tido envolvimento com a ditadura civil-militar. Optou-se aqui, no entanto, por uma delimitação em torno dos batistas da CBB, visto

(OJB) entre os anos de 1964 e 1985, cuja livre consulta está disponível pela internet no Portal dos Batistas da CBB.

No tocante à escolha do modelo de interpretação figural de Erich Auerbach (09/11/1892 – 17/10/1957), essa se deu pela relação de preenchimento e significação ao analisar dois acontecimentos separados no tempo cronológico, mas que contêm um nexo que pode ser figural (presente especialmente no realismo) ou, no caso aqui analisado, identitário, por ser o mesmo grupo religioso. Nesse sentido, destaca-se que a aplicação do modelo figural proposto por Auerbach na interpretação histórica de um grupo religioso é inovadora. Auerbach foi um dos maiores críticos literários do século XX, inaugurando uma nova forma de elaboração da crítica textual. Sua principal obra, *Mimesis* (1946), procura apresentar e analisar a adoção, evolução e o ocaso do realismo na literatura ocidental. O uso de Auerbach tem sido crescente como filósofo social, especialmente para análise crítica de narrativas totalizantes, sendo desvendada e explorada em alguns artigos a sua inconformidade e denúncia no tocante ao nazismo.

Auerbach compreende no modelo figural o modo mais eficaz de aliar historicidade com verdade. Sua diferenciação do simbólico estava em duas principais nuances: a) no fato da “figura” ser histórica e o símbolo necessariamente não o precisava ser; b) na ideia de que a “figura” por ter seu componente histórico distava do uso místico e por vezes ético que era atribuído ao símbolo e, porque não dizer, à alegoria.<sup>7</sup> Ele entendia que esse modelo interpretativo se aplicava ao realismo literário ocidental, apontando através dele elementos contextuais e históricos que estavam presentes no texto e que criavam uma identificação com o leitor que se enxergava vivendo as mesmas situações dos personagens.

Por conta de sua raiz historicista, o conceito positivo do distanciamento histórico é também aproveitado e lembrado aqui. Ao examinar documentos de décadas passadas, constata-se que o distanciamento permite uma melhor visualização dos fatos, bem como uma contraposição à mensagem cristã que carrega a Igreja Batista. É possível também perceber, ao comparar os documentos batistas produzidos durante o primeiro período da ditadura com o último, que no desvelamento do apoio houve aquilo que Auerbach chama, na interpretação figural, de “preenchimento”. É claro que para Auerbach o clássico exemplo do segundo acontecimento é a encarnação de Cristo.<sup>8</sup> Mas o fato de ser o clássico não quer dizer que seja a única forma de interpretação figural, de ligação entre dois acontecimentos ou mesmo períodos históricos.

---

que muito pouco desse envolvimento foi revelado até o presente momento. Para maior aprofundamento sobre o tema, sugerimos a leitura do relatório da Comissão Nacional da Verdade ([www.cnv.gov.br](http://www.cnv.gov.br)) e os títulos: 1) SOUZA, Silas Luiz de. *Protestantismo e Ditadura: os presbiterianos e o Governo Militar no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Fonte Editorial, 2014; 2) SCHMIDT, Daniel Augusto. *Protestantismo e Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Reflexão, 2014. É igualmente oportuno lembrar o artigo do professor Leonildo S. Campos sobre o tema (CAMPOS, Leonildo S. Protestantes na primeira fase do regime militar brasileiro: atos e retórica da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (1964-1985). *HORIZONTE: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião* (Online), Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 95-156, 2002).

<sup>7</sup> AUERBACH, Erich. *Figura*. Tradução Duda Machado. São Paulo: Ática, 1997. p. 47 *passim*.

<sup>8</sup> AUERBACH, Erich. St. Francis of Assisi in Dante's *Commedia*. *Italica*, Tucson, Arizona, v. 22, n. 4, p. 178-179, Dec., 1945. (American Association of Teachers of Italian).

Por isso que se pode perceber que se num primeiro momento a CBB se despiu de seus valores constitutivos, num segundo momento ela acabou “vestindo a farda” ao apoiar uma ditadura já em franco declínio. Num olhar auerbachiano, o segundo momento especialmente analisado (1980-1985) é quando se cumprem os acordos do primeiro momento (1964-1970) e preenche com sentido e significado o envolvimento inicial da liderança da CBB com o regime militar. Isso porque a interpretação figurial

Estabelece uma relação entre dois acontecimentos ou duas pessoas, na qual um deles não só se significa a si mesmo, mas também ao outro e este último compreende ou completa o outro. Ambos os polos da figura estão separados temporalmente, mas então, também como acontecimentos ou figuras reais, dentro do tempo. Ambos estão contidos no fluxo corrente que é a vida histórica<sup>9</sup>.

Cabe ressaltar ainda que ao demonstrar os sinais desse envolvimento rompe-se com a noção de “igreja espiritual”, característica marcante do pensamento importado da América do Norte pelo protestantismo de missão, e que, como bem destacou Paulo Ayres Mattos, preconizava uma apatia política.<sup>10</sup> Isso é mais marcante no ideário batista devido à exacerbação de um dos seus mais caros princípios que é o da separação entre igreja e Estado.<sup>11</sup> Ao longo do tempo os batistas se recolheram, como fiéis, ao interior de seus templos e à prática apartidária da fé. É nesse espectro que deve ser analisado o texto do pastor João Filson Soren, à época pastor da maior igreja batista na América Latina, a Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro. No intuito de orientar sua membresia<sup>12</sup>, ele escreve um texto intitulado “A Igreja em Face das Injunções Políticas” e que posteriormente foi publicado no O Jornal Batista (OJB)<sup>13</sup>. São perceptíveis, no texto, dois aspectos do perfil pastoral de J. F. Soren: o primeiro, no tocante à sua ferrenha defesa do princípio batista de separação entre igreja e Estado<sup>14</sup>; o

---

<sup>9</sup> AUERBACH, Erich. *Mimesis: a Representação da Realidade na Literatura Ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 62.

<sup>10</sup> MATTOS, Paulo Ayres. In: DIAS, Zwinglio M. (Org.) *Memórias Ecumênicas Protestantes – Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência*. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014. p. 121.

<sup>11</sup> LANDERS, John. *Teologia dos Princípios Batistas*. 2. ed. Rio de Janeiro: JUERP: Junta de Educação Religiosa e Publicações, 1987. p. 119. Salienta-se aqui que esse princípio teve seu nascedouro na gênese batista, uma vez perseguidos os primeiros batistas pela Igreja Anglicana. Apoiavam-se em pensamentos como o de John Locke em sua Carta acerca da Tolerância, na qual defendia que o Estado não devia se imiscuir em assuntos religiosos, salvo em casos extremos.

<sup>12</sup> Ver também: CASTRO, Alexandre de Carvalho; DUSILEK, Sérgio Ricardo Gonçalves; SILVA, Clemir Fernandes. Identidade Social, Mídia Televisiva e Construção Histórico-Cultural da Memória Coletiva: o caso de um movimento sócio-religioso no Brasil. *RELIGIÃO & SOCIEDADE*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 80-81, 2016.

<sup>13</sup> SOREN, João Filson. A Igreja em Face das Injunções Políticas. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, edição 22, p. 1, 6, 31 maio 1964.

<sup>14</sup> Nesse mesmo artigo Soren tipifica a separação igreja e Estado com duas alusões. A primeira está sob a função. Segundo ele “não compete à Igreja a chamada função politizadora” (OJB, p. 1, 31 maio 1964), pois o Estado não deveria ensinar religião assim como a igreja não deveria falar em política. Tão somente cabia apreogar a cidadania responsável. A outra alusão falava da desvinculação da igreja com o movimento

segundo, sobre seu desejo de apaziguamento do rebanho o que pode ser visto no seu temor na transferência para comunidade de fé das “tensões de refregas e competições seculares”<sup>15</sup>. Contudo, é inegável que o resultado desse perfil pastoral foi o apelo à apatia política e a ausência de luta por uma justiça social.

Nesse sentido, os batistas brasileiros ecoavam a postura dos seus patronos norte-americanos. É nessa esteira que o missionário John Landers<sup>16</sup>, ao escrever sobre os princípios batistas, critica o abandono do evangelho social de Walter Rauschenbusch pela maior parte desse segmento evangélico. Por que isso é destacado aqui? Porque o envolvimento político da liderança batista se deu em termos da defesa de uma liberdade religiosa, ainda que com prejuízo das demais formas de liberdade. Ou seja: para que sua pregação conversionista e até certo ponto escapista pudesse ser mantida, para que a “salvação de muitos” pudesse acontecer, alguns poderiam ser sacrificados.<sup>17</sup> José dos Reis Pereira bem traduziu esse ideal disforme quando expressou: “Mas, quanto à política nacional, nossa posição é de oração e expectativa. Queremos paz e tranquilidade para viver e comunicar nossa mensagem de pureza, de honestidade, de verdade, de decência, de amor ao próximo”<sup>18</sup>.

Para se ter uma clara noção de como esse particular conceito de liberdade se tornou propalado entre a liderança batista, transcreve-se parte do editorial de O Jornal Batista do recém-empossado e novo redator pastor José dos Reis Pereira.<sup>19</sup> Em seu segundo editorial, ele interpreta o golpe militar como sendo um ato democrático e em prol da liberdade. Se não, veja:

A vitória da democracia, o restabelecimento do respeito à Constituição, o crédito de confiança dado ao Congresso Nacional, tudo isso significa para nós, crentes, oportunidade. Não será agora que se vai estabelecer censura e limitação à liberdade no Brasil. Mas que tal hora nunca chegue. Orem os crentes, velem os crentes, trabalhem os

---

partidário. Ele assim se expressava: “Se não cabe a vinculação da Igreja em partidos políticos, também não é cabível jungi-la a regimes de governo” (OJB, p. 1, 31 maio 1964). Nesse sentido, não nos parece correta a noção de que Soren participou do apoio ao regime militar, como defendido por Luciane Silva de Almeida (ALMEIDA, Luciane Silva de. *Batistas e Ditadura Militar na Bahia. Interações – Cultura e Comunidade*, Belo Horizonte, v. 9, n. 15, p. 84, jan./jun. 2014.), mas sim que seu texto foi usado pela liderança adesta da CBB, ao reproduzi-lo nas páginas do O Jornal Batista. A Soren pode-se atrelar uma apatia política. Até mesmo uma omissão fica prejudicada dentro da cosmovisão que ele tinha enraizada da separação igreja e Estado pela qual pautou sua conduta pastoral.

<sup>15</sup> OJB, p. 1, 31 maio 1964.

<sup>16</sup> LANDERS, 1987, p. 123.

<sup>17</sup> Em certo sentido há uma aproximação aqui entre esse momento histórico dos batistas e a ética prática de Peter Singer. No entanto, ressalta-se aqui que, conquanto haja envolvimento direto de batistas com a tortura (caso clássico do capelão Roberto Potshuka em São Paulo), não se sabe, pelo menos ainda, de um movimento interno entreguista tal qual ocorreu entre os metodistas e presbiterianos, por exemplo.

<sup>18</sup> OJB, edição 17, p. 3, 26 abr. 1964.

<sup>19</sup> José dos Reis Pereira fora eleito novo redator do OJB no final de 1963, tomando posse em 01 de março de 1964 e estreando com sua coluna como redator justamente após o golpe, na edição 14, de 05 de abril de 1964, conquanto somente na edição seguinte (15, 12 abr. 1964) tenha dado o tom claro de apoio à ditadura. (OJB, edição 11, 14 mar. 1964). A última coluna do pastor Almir Gonçalves como redator do OJB foi da edição 12, 21 mar. 1964.

crentes. Quanto mais o evangelho de Jesus Cristo, em toda sua pureza e integridade, vencer no Brasil, tanto mais longe ficaremos de qualquer ditadura ou forma de opressão. Porque um crente legítimo é o antitotalitário por excelência, o crente legítimo é o adversário natural da corrupção em qualquer de suas formas, e da injustiça social, e da exploração do homem pelo homem. Justiça, liberdade, verdade, honestidade, pureza, esses belos ideais só se alcançam quando Jesus domina os corações. Vivamos e lutemos para que Jesus Cristo impere em nossa pátria<sup>20</sup>.

Percebe-se como os particulares conceitos de liberdade e honestidade são revestidos do ideário conservador. Os termos “antitotalitário” e “corrupção” foram aplicados a governos de esquerda, como se não existisse corrupção e ditadura na extrema direita. Depreende-se, então, que a ditadura inaceitável era a ideologicamente não aceita.

Ressalta-se também que em nome daquela concepção espiritual que permeava a mentalidade batista, a grande maioria dos fiéis pensava que os batistas nada tiveram a ver com o regime. Isso torna a apuração histórica mais premente e exige, por conta do ocultamento, não a participação de um *outsider*, mas justamente de *insiders*<sup>21</sup>, de gente de dentro da vivência religiosa batista que pontue os elementos denunciadores de tal envolvimento e que estão presentes de modo sub-reptício no discurso. Nesse sentido, é que esse trabalho se apoia no valor da proximidade e não do distanciamento, para a compreensão e descrição de certos fenômenos religiosos, notadamente os que entrelaçam o apoio dos batistas da CBB à ditadura civil-militar.

## O golpe antes do golpe

É cediço que o golpe não aconteceu na madrugada de 31 de março de 1964. Naquela data, ele foi para a rua, mostrando sua face. Contudo, o golpe aconteceu antes. Ele atingiu tanto a caserna quanto as estruturas religiosas. O general Nelson Sodré<sup>22</sup> aponta a conspiração para depor um dos mais respeitados generais do exército brasileiro e que se tornava um obstáculo para o golpe, não pela sua adesão ideológica ao socialismo, mas pelo seu respeito e apego à Constituição vigente. Ele também diferencia o então Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a Escola Superior de Guerra (ESG), afirmando que esta última fomentava a tomada do poder e que ela visava a uma “conspiração para não mudar nada”<sup>23</sup>. É nesse rastro do envolvimento e do conhecimento com os meandros da política que, segundo ele, os militares perderam sua pureza e seu “apoliticismo”, pelo qual eram chamados a resolver e remover a corrupção abusiva no governo.<sup>24</sup> E os tentáculos do golpe não ficaram restritos às Forças Armadas.

---

<sup>20</sup> OJB, edição 15, p. 3, 12 abr. 1964.

<sup>21</sup> SMITH, Wilfred Cantwell. *O sentido e o fim da religião*. São Leopoldo: EST; Sinodal, 2006. p. 122.

<sup>22</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Do Estado Novo à Ditadura Militar*: memórias de um soldado. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 188.

<sup>23</sup> SODRÉ, 1988, p. 269.

<sup>24</sup> SODRÉ, 1988, p. 177.

No meio evangélico, o golpe aconteceu nas esferas denominacionais e na Confederação Evangélica. A mudança da liderança nesta última foi tão acintosa que, na assembleia da CBB de 1965, ao se tratar (tardiamente por sinal) do ingresso dos batistas na Confederação, o líder do grupo de trabalho deu parecer contrário ao ingresso. O parecer foi derrubado, não sem antes ter havido um problema na contagem dos votos, provocando sua recontagem. A rejeição foi por pequena maioria (395 contra 393 votos), apoiando o plenário o ingresso na dita organização.<sup>25</sup> O detalhe dessa história é que o relator da matéria era o pastor Hécio Lessa<sup>26</sup>, um renomado líder batista que estava na contramão da denominação naquele momento histórico, juntamente com mais alguns expoentes como pastor David Malta do Nascimento e pastor Lauro Bretones, apregoando uma ação sociopolítica da igreja numa perspectiva mais ecumênica e visando à justiça social. Tanto isso é verdade que sobre eles foi apostado, de modo pejorativo, a alcunha de “vermelhinhos”. Se, por um lado, não fazia sentido ele dar tal parecer, caso não soubesse do apoio explícito que a nova liderança evangélica tinha manifestado por ocasião do golpe<sup>27</sup>, por outro, não fazia igual sentido a liderança da CBB trazer tal assunto há não ser para evidenciar seu envolvimento com a ditadura. Os atores inverteram seus papéis diante de um mesmo quadro, mas cujas “tintas” haviam sido trocadas.

Ainda sobre as assembleias da CBB, é impressionante o silêncio reinante nas atas sobre dois grandes acontecimentos encabeçados pelos generais: o golpe de 1964 e o AI-5 em 1968. Nas atas da assembleia de 1965, a única menção aos militares é em termos de agradecimento por garantirem a ordem e a segurança para que os trabalhos transcorressem bem. A menção não é só à polícia militar, mas também aos soldados. Ou seja, a realidade histórica convidava os batistas a encarar o momento de tensão pelo qual passava o país, evidenciando a presença da repressão e do “clima policial”. Contudo, mesmo a realidade sendo negligenciada pelo menos nos apontamentos históricos formais, ela ainda conseguia aparecer em pequenas brechas, como que se destacou aqui. Em 1965, há o registro de uma manifestação do plenário da Convenção contra um folheto entregue aos convencionais e que falava sobre “justiça”, mas cuja distribuição acabou sendo reprimida e condenada pela mesa diretora e cujo conteúdo não foi registrado.

Já em janeiro de 1969, alguns meses após a instituição do AI-5, o tema Campanha das Américas toma conta da pauta. Tratava-se de mais uma campanha de evan-

---

<sup>25</sup> Ata da 6ª Sessão da 47ª Assembleia da CBB, 1965, p. 52.

<sup>26</sup> Pastor Hécio Lessa vem a ser sobrinho do pastor Joaquim Lessa, cujo memorial de morte está registrado no livro do médico e senador (comunista) Adão Pereira Nunes, chamado “Conversa de Plantão”, às páginas 111-112. Foi usada aqui a 2. ed., da editora Paz e Terra, de 1978. Lessa pertenceu ao movimento Diretriz Evangélica e foi não só partícipe da construção do “Manifesto dos Ministros Batistas do Brasil”, como também seu divulgador, ao espelhá-lo em sua obra “Ação Social Cristã”. A igreja pastoreada por ele à época (Igreja Batista Itacuruçá, na Tijuca, Rio de Janeiro) chegou a ser vasculhada por uma guarnição militar.

<sup>27</sup> CAMPOS. In: DIAS, 2014, p. 184.



gelização ou de algo mais?<sup>28</sup> Fato é que um dos principais líderes do governo militar, o general Humberto de Souza Melo, que comandava o Segundo Exército e era presidente do Inquérito Policial Militar à época em que o general Figueiredo era chefe do SNI<sup>29</sup>, era frequentador assíduo da Igreja Batista Vila Mariana em São Paulo. Naquele tempo a Igreja Batista de Vila Mariana era presidida pelo pastor Rubens Lopes, o qual foi por várias vezes presidente da CBB e, não por acaso, o presidente da campanha. Quem testemunha essa proximidade do general com o presidente é o ex-guerrilheiro Carlos Eugênio Paz<sup>30</sup>, que participou de uma quase tragédia.<sup>31</sup> É perceptível o ideário político presente nessas campanhas, tanto na sua opção alienante para os fiéis, como na propagação de uma ideologia de fundo religioso, mas com coloração conservadora. É mais notória ainda a ligação delas com a ditadura, uma vez que sua realização de modo “estranho” e “coincidente” se dava logo após os principais “movimentos” dos militares, a saber: o golpe em 1964 e o AI-5 em 1968.

Outro fato igualmente perturbador foi a inclusão na pauta da Assembleia da CBB de um item que visava autorizar a Convenção Batista a receber doações do governo.<sup>32</sup> Não só porque feria o já aludido princípio da separação entre igreja e Estado, como também pela ocasião em que esse assunto foi trazido. Tal proposta foi postergada por uma comissão, não antes dela em seu parecer inicial qualificar o que seriam essas doações descaracterizando o acolhimento de doações em espécie.<sup>33</sup>

Ao se optar por campanhas “celestiais” e não por discutir e abordar os problemas da realidade, a liderança batista evidenciou seu ideário conservador. Isso porque a ideologia conservadora impede a apreensão dos processos revolucionários fazendo com que a postura seja de livrar-se deles ao invés de compreendê-los.<sup>34</sup> Exemplo disso foi o registro em ata da mensagem de um dos oradores da 46ª Assembleia da CBB (1964) realizada na Igreja Batista da Capunga, no Recife (PE). Na ocasião, pregava o

---

<sup>28</sup> Em 1964 já tinha sido lançada e efetuada a Campanha Nacional de Evangelização, igualmente presidida pelo pastor Rubens Lopes. O pastor José dos Reis Pereira, redator do OJB, retrata a fala do pastor Rubens Lopes à Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara: “Vai acontecer no Brasil, em 1965, outra revolução. Outra, mas esta branca, pacífica, sem sangue. Será uma revolução espiritual, de dimensões nunca vistas na História deste país. Será uma revolução em profundidade. Será uma revolução de consciências. Será uma revolução feita não a poder de pólvora, senão a poder de fermento” (OJB, p. 3, 20 set. 1964). Reis Pereira termina dizendo: “Assim a Revolução do Fermento será vitoriosa. E o Brasil vencerá com ela” (OJB, p. 3, 20 set. 1964).

<sup>29</sup> Talvez comece aí a relação de Figueiredo com os batistas, através da instrumentalidade de Humberto de S. Melo. Esse dado é importante para lançar luz no movimento de concessão de canal de TV aberta para “os batistas” no governo Figueiredo.

<sup>30</sup> PAZ, Carlos Eugênio. In: MORAES NETO, Geneton. *A Incrível história do guerrilheiro que recrutou a mãe para a luta armada, participou do “justicamento” e deu aula de música a crianças: é hora de “jogar luz” nos porões*. Disponível em: <[www.g1.globo.com/platb/geneton/2012/07/02](http://www.g1.globo.com/platb/geneton/2012/07/02)>. Acesso em: 13 mar. 2015.

<sup>31</sup> O então “Ari” conta que sem querer, ao sair para comprar pão, um dos “guerrilheiros” viu o general chegando com sua esposa à Igreja Batista de Vila Mariana. Ao partilhar com o grupo, foi arquitetado um plano que representou o cerco do general Humberto de Mello, junto de sua esposa, na escadaria da igreja, ao qual se sucedeu outros alternados cercos ora de agentes da repressão, ora de guerrilheiros.

<sup>32</sup> LIVRO DE ATAS DA CBB, 28/01/1969, p. 19.

<sup>33</sup> ANAIS DA CBB, 1970, p. 63.

<sup>34</sup> AUERBACH, 2011, p. 399.

pastor José dos Reis Pereira e no auditório estava o então governador Miguel Arraes. Sua prédica teve por tema “A nossa mensagem na atual conjuntura brasileira” e nela ele afirmou que a Campanha Nacional de Evangelização era a “última oportunidade de salvar o Brasil”<sup>35</sup>. A indagação que se faz é salvar de quê? De quem? Na retórica da salvação estava presente a incompreensão dos processos revolucionários bem como o desejo de se “salvar”, de se livrar deles. Inegável também é o fato de que essa prédica já sinalizava para o desfecho político que o Brasil teria dali a dois meses. Não se trata de profecia, pois dificilmente os profetas ascendem aos púlpitos das instituições religiosas. É mais fácil pensar em sinalização e compartilhamento de informação privilegiada do que estava acontecendo e do que estaria por vir.

Um importante sinalizador desse golpe anterior ao golpe está na mistura entre continuidade e mudança. Continuidade ao se pensar que, enquanto as casas de ensino teológico e formação de pastores de metodistas e presbiterianos estavam sob fogo cerrado, com intervenções, destituições de professores<sup>36</sup>, os seminários batistas, ao que tudo indica, transcendiam a tudo isso. Enquanto mudanças radicais aconteciam nas casas de ensino teológico das demais denominações históricas, os batistas permaneciam incólumes. Seria a explicação para tal fato a direção ser ocupada por missionários norte-americanos do Sul dos Estados Unidos, reconhecidamente de linha conservadora e, em boa parte, refratária ao socialismo?

Já a mudança está ligada a troca do redator do semanário batista, chamado O Jornal Batista (OJB). Sob a outrora batuta do então pastor Almir Gonçalves, as páginas do OJB exalavam o modo de ser batista com toda a sua alteridade. Embates eram travados por articulistas de diferentes correntes de pensamento, como o que se deu entre os pastores David Malta do Nascimento e Delcyr de Souza Lima. O primeiro de pensamento progressista, vanguardista; o segundo altamente conservador e, porque não dizer, de retaguarda. Fato é que havia um espaço não só para as notícias do “mundo batista”, mas também para o diálogo, ainda que na forma de embate, entre as mais diferentes correntes.

Essa situação perdurou até à véspera do golpe. É salutar a mudança do redator de OJB, que em sua segunda coluna após o golpe, hipoteca o apoio ao novo regime. Nela, o pastor José dos Reis Pereira<sup>37</sup> expressa o apoio a um golpe que defende a “democracia” e realiza a vontade do povo brasileiro que “pela sua índole, pela sua formação, rejeita os sistemas totalitários, e muito particularmente o regime comunista”<sup>38</sup>. Ao mesmo tempo em que esse editorial revela um estado de alienação no retrato dos processos revolucionários, das forças históricas e dinâmicas em ação na sociedade, ele também evidencia que a posição política determina a maneira de tratar literariamente a realidade.<sup>39</sup> A leitura da realidade está eivada de ideologia. Isso porque há um componente da tradição, de preconceitos que influi na leitura e na compreensão de

<sup>35</sup> LIVRO DE ATAS DA CBB, 29/01/1964, 18ª sessão da 46ª Assembleia da CBB, p. 45.

<sup>36</sup> CAMPOS. In: DIAS, 2014, p. 183; MATTOS. In: DIAS, 2014, p. 119.

<sup>37</sup> OJB, edição 15, p. 3, 12 abr. 1964.

<sup>38</sup> PEREIRA. In: OJB, edição 15, p. 3, 12 abr. 1964.

<sup>39</sup> AUERBACH, 2011, p. 397.

uma determinada realidade. Justamente por isso a liderança batista reconhece a inaptidão batista para com regimes ditatoriais, mas acolhe de modo paradoxal um sistema repressor. Em outras palavras: seu alinhamento com a extrema direita fez com que ela negasse a realidade presente no país, o que pode ser notado nas palavras que usou em outro editorial do OJB: “Não nos imiscuímos em negócios que aos políticos cabe resolver. Gostamos do aspecto anticomunista da revolução triunfante, e já o dissemos em editorial anterior”<sup>40</sup>.

De igual modo ele procede na edição de 17 de abril de 1964, ao falar sobre “O Novo Governo”. Como canal do pensamento da liderança denominacional daquele tempo, José dos Reis Pereira apontou o caminho para os batistas naquele momento: a) encarar a mudança como uma intervenção divina na história que evitou o mal maior do comunismo; b) reforçar a condição peregrina dos crentes batistas pela qual deveriam mirar a pátria celestial, não se deixando absorver pela questão política do Brasil, ainda mais naquela circunstância; c) conclamar os fiéis a orar pelo país e pelos governantes.

Com um redator que se alinhava com a ditadura, era de se esperar que cessasse a alteridade no OJB. Uma censura interna passava a vigorar. Divergências só foram vistas quando no campo da estrutura denominacional ou em torno de assuntos doutrinários de menor expressão. A realidade foi sepultada e de uma hora para outra os batistas passaram a ser perturbadoramente unívocos. Criou-se aquilo que Auerbach chamaria de um estado de torpor, de embriaguez pela fuga da realidade.<sup>41</sup> Assuntos, ou melhor, questionamentos ligados ao regime militar só voltaram a ganhar abertura nos anos 1980, mas sob um discurso moralista e revanchista (ao tratar das benesses aos católicos). Um bom exemplo é o artigo do pastor Edson Valentim de Freitas Filho<sup>42</sup> que, ao ter publicada sua “Carta Aberta de um pastor ao Presidente Figueiredo”, questiona tão somente sua aproximação da liderança católica, com o decreto de 30/06/1980 que instituiu Aparecida como padroeira do Brasil e 12/10 como feriado nacional. Nesse mesmo artigo, o articulista critica as benesses para a recepção do papa João Paulo II, sem qualquer menção à repressão ou mesmo às torturas. Isso corrobora com o pensamento de Auerbach assim traduzido por Leopoldo Waizbort:

Não há qualquer sombra da política, de crítica social ou econômica, ou investigação dos fundamentos políticos, sociais e econômicos da vida; sua crítica dos costumes é puramente moralista, isto é, ela considera a estrutura existente da sociedade como dada, pressupõe a sua legitimidade, duração e validade geral e fustiga as extravagâncias que existem em seu interior como algo digno de gozação<sup>43</sup>.

A abordagem literária, sua expressão no semanário batista, deixa de açambarcar a vida como um todo. Inexistem as demais dimensões da realidade, sejam elas

<sup>40</sup> OJB, edição 17, p. 3, 26 abr. 1964.

<sup>41</sup> AUERBACH, 2011, p. 451.

<sup>42</sup> FREITAS FILHO. In: OJB, edição 18, 01 maio 83.

<sup>43</sup> AUERBACH apud WAIZBORT, Leopoldo. *A passagem do três ao um*; crítica literária, sociologia, filologia. São Paulo: Cosac Naify, 2007. p. 200. A opção pela citação de Auerbach em Leopoldo Waizbort atém-se à sua clareza, à sua melhor tradução.

sociais ou políticas. A percepção fica atrás de um grosso prisma moralista. A partir daí entram em cena o “conceito e o ideal de uma arte literária que não interfiram, de forma alguma, nos acontecimentos práticos do tempo”<sup>44</sup> e que evitem qualquer inclinação a influir moral, política ou praticamente, como quer que seja, sobre a vida das pessoas, importando tão somente o “desenvolvimento do estilo”<sup>45</sup>. Mais do que um estilo literário, a aliança da liderança batista com o regime impôs a não contemplação da realidade que se apresentava naquele momento, tornando o semanário batista (OJB) cada vez mais intestino, cada vez mais voltado para dentro da própria denominação. A realidade abordada passou a ser somente aquela tida como “espiritual”. Os batistas, que nunca foram afeitos e marcados por seu envolvimento político, agora se isolavam sob uma espécie de redoma.

É possível que muitos líderes tenham enviado textos, contribuições, artigos para o OJB, mesmo porque o pastor José dos Reis Pereira reconhecia a existência daquilo que ele chamou de “infiltrações”<sup>46</sup>. Mas fato é que, se tais contribuições chegaram à redação do OJB, elas nunca ganharam suas páginas. Ele mesmo, por ocasião de seu primeiro editorial, mandou seu recado quando afirmou que aquilo que contrariava as crenças e os princípios batistas não seria publicado no OJB. E continuou: “Para ser bem claro, se alguém resolver mandar-nos uma apologia do comunismo, ou uma diatribe contra o batismo por imersão, não verá tal matéria publicada por nós, [...]”<sup>47</sup>. Era preciso salvaguardar o apoio à ditadura. Assim como foi preciso sinalizar esse apoio na capa do OJB que deu às boas-vindas ao golpe. Enganam-se aqueles que pensam que as boas-vindas vieram com o editorial. Ela estava na capa da edição de 14 de 05 de abril de 1964. Sua manchete trazia o seguinte título: “REVOLUÇÃO EM MARCHA: CNE”<sup>48</sup>. São dois termos que pouca ligação tem a ver com o ideário batista. “Revolução” é uma palavra lida com receio por conta de uma composição conservadora.<sup>49</sup> Já o termo “marcha”... O que está sendo assinalado aqui é que esse foi o código batista para asseverar que “o dever de casa”, o golpe antes do golpe, havia sido feito. E sua execução foi lapidar.

---

<sup>44</sup> AUERBACH, 2011, p. 452.

<sup>45</sup> AUERBACH, 2011, p. 452.

<sup>46</sup> OJB, edição 14, p. 3, 05 abr. 1964.

<sup>47</sup> OJB, edição 14, p. 3, 05 abr. 1964.

<sup>48</sup> CNE era a sigla para a Campanha Nacional de Evangelização, a qual tomou conta da pauta da Assembleia da CBB em 1965, juntamente com o rescaldo da divisão da denominação por conta da renovação espiritual pela qual os batistas passaram. Nessa mesma primeira página, o pastor José dos Reis Pereira, ao abordar a CNE, a defende como uma espécie de antídoto contra o comunismo. Sugere-se aqui um aprofundamento posterior para tratar da ligação entre ideário conservador de extrema direita e o uso de campanhas conversionistas, como o caso da CNE e a da Campanha das Américas, igualmente citada neste artigo.

<sup>49</sup> Mas é essa a palavra que Rubens Lopes usa para se referir, por exemplo, ao impacto que a CNE ocasionaria no Brasil (OJB, p. 3, 20 set. 1964) e que José dos Reis Pereira alicerça sua expectativa de que o povo batista seria capaz de “transformar o Brasil” (OJB, p. 3, 16 ago. 1964), ao escrever o editorial da mesma edição.

## A adesão cada vez mais explícita

O processo outrora iniciado por meio de códigos e mensagens subliminares, além das expressões de apoio e das mudanças feitas dentro da organização batista, teve prolongamento no decorrer dos governos militares. É o hiato auerbachiano entre o acontecimento e o evento, entre a promessa e o cumprimento, aqui nesse texto tomados pela figura da aliança, da adesão da liderança da CBB ao regime militar. Isso se deu desde as manifestações de apoio como a da mensagem de congratulação ao almirante de esquadra José Maria do Amaral Oliveira pela assunção ao cargo de chefe do Estado Maior das Forças Armadas<sup>50</sup>, como também no envio de outro telegrama de congratulação, agora para o presidente Figueiredo, pelo pronunciamento contra a pornografia.<sup>51</sup>

Contudo, a adesão não ficou restrita aos telegramas. Bem antes dessa afável troca de correspondências entre a liderança batista e a liderança militar do país, num período ainda contido 10 anos após o golpe, o apoio se mostrava. Enquanto a liderança das juventudes das igrejas metodistas e presbiterianas era presa e torturada, como foi o caso de Anivaldo Padilha<sup>52</sup>, o pastor Irland Pereira de Azevedo, que havia sido o primeiro presidente da JUMOC – Junta de Mocidade da Convenção Batista Brasileira eleito em 1968, é retratado numa foto ao lado do presidente Médici.<sup>53</sup> A legenda desse registro histórico, que saiu na revista da Juventude Batista, trazia a seguinte informação: “encontro da liderança jovem batista com Sua Excelência General Médici”. Esse fato se contrapôs às demais juventudes que, nessa época, publicavam artigos que contestavam o governo e o sistema, e que apontavam para aquilo que Auerbach chama de coexistência entre o mal-estar moral e o desejo de expansão econômica.<sup>54</sup>

Outro caso que exemplifica bem a escalada de influência batista na esfera da ditadura militar ocorreu na Bahia. A carreira política de Clériston Andrade, indicado prefeito de Salvador de 1971 até 1975 (não havia eleição direta, mas indicação do governo), também evidenciou um contexto prestigiado pela ampla relação com os militares. Diácono da Igreja Batista Sião<sup>55</sup> (e posteriormente da Igreja Batista da Graça),

---

<sup>50</sup> ATA 01/1985 da CBB, 26/03/85, p. 66.

<sup>51</sup> ATA DA JUNTA EXECUTIVA DA CBB, 1982, p. 36. (Destaca-se que a ideia dessa proposição partiu do pastor José dos Reis Pereira, redator ainda à época do OJB).

<sup>52</sup> PADILHA. In: DIAS, 2014, p. 65-73.

<sup>53</sup> MOCIDADE BATISTA – Revista de Atualidades/Programas de Treinamento, 1972, 1º Trimestre, p. 36-37.

<sup>54</sup> AUERBACH, 2011, p. 451.

<sup>55</sup> A Igreja Batista Sião, de Salvador (BA), é considerada por alguns como um símbolo das relações de conchavos com o governo militar, e não só pela presença do diácono Clériston Andrade, frequentemente chamado pela imprensa de “pastor”. A igreja foi fundada em 17 de abril de 1936 e foi liderada de 1947 até 1987 pelo pastor Valdívio de Oliveira Coelho (1915-1987), militar da reserva, cuja irmã, Alzira Coelho Brito, era casada com Raymundo de Souza Brito (1900-1982), deputado federal reeleito em várias legislaturas, primeiro pela UDN e depois pela ARENA. Conquanto Raymundo Brito não fosse batista nem membro da igreja, através de barganhas e clientelismo político, passou a ter nos batistas sua base de apoio (cf. SILVA, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). *Ditadura militar na Bahia: Novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 31-51). Em função dos preparativos para a celebração

Clérison era apadrinhado do governador Antônio Carlos Magalhães e se beneficiou do recrudescimento de uma série de alianças locais de caráter essencialmente clientelista. Para o governo, porém, representava um excelente contraponto ao clero católico baiano alinhado à teologia da libertação, de inspiração marxista. Indicado para concorrer ao governo da Bahia no ano de 1982, pelo PDS, era o franco favorito quando morreu num acidente de helicóptero durante a campanha – “os batistas baianos jamais haviam chegado tão próximos das entranhas do poder”<sup>56</sup>.

Apesar dessa constante relação, foi sem dúvida no governo Figueiredo que os laços entre a liderança batista e os militares mais deram sinais visíveis de estreitamento. Os anos 1980 se constituíram no período em que os batistas se deram aos militares, no tempo do que Auerbach chamaria de “cumprimento” em seu modelo de interpretação figurado. O filólogo alemão assim se expressou: “na figura, um acontecimento terreno é elucidado pelo outro, o primeiro significa, o segundo realiza o primeiro”<sup>57</sup>. Conquanto a origem desse princípio seja a interpretação que o apóstolo Paulo fez do Velho Testamento em suas cartas<sup>58</sup>, ele se aplica no caso em análise, numa interpretação de significado e preenchimento, de sentido e conteúdo. Essa realização e a aproximação mais intensa da ditadura ocorreram por dois líderes principais, os pastores Nilson do Amaral Fanini e Irland Pereira de Azevedo.<sup>59</sup>

Ao que tudo indica essa aproximação com o presidente Figueiredo ocorreu após uma demanda, um aproveitamento parlamentar batista. Foi aprovado que a CBB nomeasse uma comissão para enviar um memorial, um manifesto ao presidente. A comissão era composta pelos pastores: Irland Pereira de Azevedo, Nilson do Amaral Fanini, Delcyr de Souza Lima, José dos Reis Pereira, Éber Vasconcelos, Ebenézer Soares Ferreira. Esse “manifesto” foi bem redigido e sua linguagem é imponente. Após ser feito e aprovado na 62ª Assembleia da CBB, que ocorreu em Goiânia em janeiro de 1980, foi entregue em mãos numa audiência oficial. Nele, constava uma breve apresentação dos batistas, a qual foi sucedida por uma preocupação de tom moralista com os rumos da sociedade e da mídia, que pode ser notada na transcrição abaixo:

Convencidos de que o povo brasileiro tem em Vossa Excelência um autêntico guardião, manifestamos nossas apreensões mas, ao mesmo tempo, esperamos que o Governo venha a tomar ou determinar as providências tendentes a coibir os abusos daqueles que, deslembrando ou mal interpretando os altos ideais de Vossa Excelência no decorrer de seu Governo, estão a implantar em nossa terra o império da imoralidade e da violência.

---

do centenário da presença batista no Brasil (a ser comemorada em Salvador, em 1982), a trajetória de Clérison Andrade (1925-1982) foi repercutida nacionalmente por muitos líderes batistas.

<sup>56</sup> SILVA, 2009, p. 43.

<sup>57</sup> AUERBACH, 1997, p. 9.

<sup>58</sup> AUERBACH, 1997, p. 45.

<sup>59</sup> Ressalta-se que Fanini foi presidente da CBB por 12 vezes (1972, 1973, 1976, 1977, 1979, 1980, 1984, 1987, 1991, 1995, 2003, 2004); Irland, por sua vez, por cinco vezes (1981, 1985, 1986, 1994, 1999) e Rubens Lopes por 13 vezes (1948, 1951-1954, 1958, 1961-1965, 1968, 1970). Fonte: ANAIS da 93ª Assembleia da CBB, Aracaju, 2013, p. 460-461. Destaca-se que eles ocuparam outros cargos na diretoria e outras posições de destaque na denominação ao longo do exercício de suas funções pastorais.

Nosso progresso, nossa grandeza e nosso futuro no concerto das nações dependem da base moral em que se assente a vida da nacionalidade. O testemunho da História dá-nos conta de que a imoralidade tem produzido efeitos mais desastrosos do que inimigos armados na destruição dos povos<sup>60</sup>.

Ao terminar, essa comissão redacional finaliza a declaração com a expressão “nossa disposição de orar por Vossa Excelência e seu Governo, **ao mesmo tempo que lhe hipotecamos todo apoio moral e espiritual**” (grifo nosso)<sup>61</sup>. Nesses mesmos anais (da 63ª Assembleia da CBB) encontrou-se também a carta-resposta do presidente, que, mesmo tendo um cunho protocolar, foi assinada de próprio punho.

Num raro momento de lucidez política e de registro da mesma, o pastor Manfred Grellert, respeitado líder batista de pensamento mais progressista, que tinha sido pastor da Igreja Batista da Capunga em Recife e professor do Seminário Batista do Norte do Brasil, e à época dirigia a Visão Mundial do Brasil, membro da Junta Executiva da CBB, manifesta sua rejeição ao “manifesto” ao propor, numa reunião da Junta Executiva da CBB realizada em 11/03/1980, a nomeação de uma comissão para que interpretasse e transmitisse para a sociedade brasileira, por ocasião da celebração do centenário batista no Brasil, uma mensagem que contivesse: “1) definição da identidade batista brasileira; 2) tomada de posição sobre a realidade brasileira”<sup>62</sup>. Sua proposta ainda pedia que tal declaração fosse enviada a todos os setores da sociedade brasileira. Parece que tal proposta caiu no esquecimento, uma vez que não há registros de tal declaração e muito menos do envio da mesma para os mais diferentes setores da sociedade brasileira. Ao não ter dado provimento a uma determinação de sua junta diretiva, a liderança batista evidenciou mais uma vez seu comprometimento e sua aliança com o governo militar.

Diga-se de passagem que a manifestação de apoio ou o pedido para uma atuação governamental não é inédito nem entre os batistas. Contudo, esse episódio foi destacado porque foi possivelmente através dele que Fanini estreitou sua relação com o já predisposto presidente Figueiredo, tanto pela circunstância histórica da decadência do governo militar quanto pela provável influência que seu colega de farda Humberto de Melo teria exercido. Outro exemplo disso é que, ao esbarrar o trabalho missionário batista brasileiro efetuado pela Junta de Missões Nacionais com as causas indigenistas, Fanini se prontificou a entregar um documento da Junta Executiva da CBB para Figueiredo, alegando que “já tinha uma entrevista agendada” com ele.<sup>63</sup> Tais encontros são importantes para assinalar os caminhos percorridos por Fanini junto a Figueiredo, que culminaram com a concessão de um canal de TV para os batistas, a TV RIO.<sup>64</sup>

---

<sup>60</sup> ANAIS DA 63ª ASSEMBLÉIA DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, 1981, p. 5-6.

<sup>61</sup> ANAIS DA 63ª ASSEMBLÉIA DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, 1981, p. 6.

<sup>62</sup> ATA DA JUNTA EXECUTIVA DA CBB, 11/03/1980, p. 20.

<sup>63</sup> ATA DA JUNTA EXECUTIVA DA CBB, 11/03/1980, p. 24.

<sup>64</sup> Consoante CASTRO; DUSILEK; SILVA, 2016, p. 74-102.

Em 1981, esses dois líderes batistas, Fanini e Irland<sup>65</sup>, ingressaram na ESG – Escola Superior de Guerra, turma Marechal Cordeiro de Farias. Tal registro não se dá somente pelo site da ESG, mas sobretudo pelos apontamentos nas atas<sup>66</sup> daquele ano da Junta Executiva da CBB das justificativas de ausência por conta do curso, bem como da formatura com o anúncio do culto de gratidão que foi realizado na Primeira Igreja Batista de Niterói em 09/04/1982.<sup>67</sup> Os trabalhos monográficos, especialmente o do pastor Irland, e os contatos feitos, notadamente com Dr. Arolde de Oliveira, então diretor do DENTEL/RJ, abriram definitivamente as portas para a celebração do ápice e da recompensa do apoio à ditadura, a saber: a concessão do canal de TV<sup>68</sup>, a famigerada TV RIO, que posteriormente foi comprada pela Igreja Universal do Reino de Deus. Ao invés de creditarem esse acontecimento à mordada imposta no tempo da ditadura, bem como ao habilidoso trâmite político, setores batistas “santificaram” esse feito ao celebrá-lo como um “grande milagre”<sup>69</sup>. Nesse mesmo artigo, o autor menciona a prisão de um padre pelo regime militar com o objetivo de contrastar e tonificar ainda mais o “milagre”. Destaca-se que Ebenézer Soares Ferreira, que fora presidente da CBB em 1965 e que tinha duramente criticado a violência da ditadura da Argentina num artigo de 1983<sup>70</sup>, contudo, sob o pretexto de atacar a liderança católica. Mesmo incluindo o Brasil no seu texto como violador dos direitos humanos e afirmar que “onde se praticam tais crimes pode-se verificar que o Cristianismo é apenas rótulo”<sup>71</sup>, seu foco não é a crítica à ditadura no Brasil.

Já em 1982, o OJB destaca, na sua edição de número 35, de 29/08 daquele ano, a presença do pastor Nilson do Amaral Fanini pregando no culto de ação de graças realizado na Igreja Batista do Farol pela posse do novo prefeito biônico de Maceió (AL), Corinto Campelo da Paz. Interessante que lá estava presente o jovem e então ex-prefeito de Maceió Fernando Collor de Melo. Os batistas se faziam cada vez mais presentes nas plataformas ditatoriais, ainda que o altar fosse transmutado para tal.<sup>72</sup>

Porém, a parte mais visível desse envolvimento foi a celebrada participação (ou seria entronização?) do presidente Figueiredo e sua comitiva em dois cultos especialmente promovidos pela liderança batista. O primeiro, cuja preparação ocupa o expediente de boa parte das reuniões da Junta Executiva da CBB no primeiro se-

---

<sup>65</sup> A opção por chamar um dos pastores pelo sobrenome e o outro pelo prenome é proposital. Assim eles são conhecidos e chamados no meio batista.

<sup>66</sup> LIVRO DE ATAS DA JUNTA EXECUTIVA DA CBB, p. 29, 31 *passim*.

<sup>67</sup> Aliás, nessa mesma igreja, sob a liderança do pastor Fanini, era realizado anualmente no dia 31/03, a partir de 1964, o culto de gratidão pelo golpe militar, com a presença de líderes políticos, militares e eclesiásticos.

<sup>68</sup> Conforme CASTRO; DUSILEK; SILVA, 2016, p. 74-102.

<sup>69</sup> FERREIRA, Ebenézer Soares. In: OJB, edição 10, p. 5, mar. 1984.

<sup>70</sup> FERREIRA, Ebenézer Soares. In: OJB, edição 13, p. 4, 27 mar. 1983.

<sup>71</sup> FERREIRA, Ebenézer Soares. In: OJB, edição 13, p. 4, 27 mar. 1983.

<sup>72</sup> Interessante que nessa mesma edição do OJB o pastor José dos Reis Pereira (JRP), no seu editorial, critica o comunismo russo por conta da ausência de fidedignidade dos números que eles apresentam. E como exemplo cita os batistas russos, perguntando: “como saber de fato quantos são?” Ora, ao assim se expressar, JRP não pôs em cheque os dados da URSS, mas dos batistas, os quais nunca foram muito bons com os números.



mestre de 1980, foi realizado na Igreja Memorial Batista de Brasília, que na ocasião era liderada pelo presidente da Junta Executiva, Pastor Éber Vasconcelos. O OJB noticiou com destaque, como que assinalando o prestígio da liderança batista ao ter um presidente da República em uma de suas reuniões.<sup>73</sup> Para os batistas, tal efeméride era vista como sinal de bom trânsito da denominação e da liderança denominacional junto ao governo.

A visibilidade também pode ser notada no apoio de Fanini a Figueiredo. Evangelista conhecido, líder hábil e politicamente articulado, Fanini incensou o general Figueiredo ao encher o Maracanã em 28/08/1982 com um culto chamado de “Deus Salve a Família”. Diante de um Maracanã lotado, o governador Chagas Freitas e especialmente o presidente receberam o apoio “faninesco”. Esse tema não foi à toa. Num momento de enfraquecimento da ditadura, relembrar a “saudososa” “Marcha de Apoio à Família” mediante a temática anunciada, representava uma declaração de claro apoio e o desejo de vida longa no poder aos militares. Parece-nos que a história confirma que a marca de Fanini era o evangelismo e não a profecia. Mesmo com o culto rememorante, a ditadura caminhava para o seu fim. No meio batista o OJB repercutiu com destaque esse encontro principalmente nas suas edições de número 31, 34 e 39, todas do ano de 1982.

Já em 1983, a liderança batista instituiu o Dia Nacional de Oração. Era um tempo conturbado de distensão envolto por um clima político que pedia a liberdade e a democracia, ocasionando o movimento das Diretas Já. No ABC paulista, pululava a contestação: greves aconteciam entre os metalúrgicos, algo impensável até então. Pois justamente nesse contexto é que a liderança batista escolhe o dia 01/05, o dia do trabalhador, como Dia Nacional de Oração (ou seria da provocação?!).<sup>74</sup> Nesses pequenos movimentos, o apoio à ditadura era confirmado, e a condenação dos contestadores era estabelecida.

Por fim, é interessante destacar a coerência e a fidelidade do Pr. Irland aos militares. E ao fazê-lo aqui, espera-se que seja percebido como uma figura, uma representação de muitos. Ao receber o convite na qualidade de presidente da CBB para estar na recepção do primeiro presidente civil eleito (ainda que de modo indireto), oferecida pelo governo, Irland declina do mesmo e justifica a recusa por conta de uma enfermidade. O fato curioso desse processo é que ele faz questão de registrar o convite e sua recusa nas atas do Conselho de Planejamento e Coordenação<sup>75</sup> (CPC) da CBB.<sup>76</sup> Ele podia ter recusado, podia ter comunicado o envio de outra pessoa no seu lugar, ou simplesmente ter desconsiderado o convite. Contudo, ao registrá-lo na forma como

<sup>73</sup> OJB, edição 27, p. 1, 6, 06 jul. 1980.

<sup>74</sup> OJB, edição 15, 10 abr. 1983.

<sup>75</sup> O CPC da CBB é o termo que designa o colegiado da liderança batista do Brasil e que substituiu como fórum decisório a Junta Executiva da CBB. A título de esclarecimento, pontuamos que, por muitos anos, o fórum maior de decisão na denominação batista era a junta executiva, que possuía uma diretoria própria, diferente da eleita pela Assembleia Convencional. Posteriormente a diretoria da assembleia passou a ser a Diretoria da Junta Executiva (1985), ocasião em que passou a ser chamada de Conselho de Planejamento e Coordenação da Convenção Batista Brasileira (CPCCBB).

<sup>76</sup> ATA 1/1985 do CPCCBB, de 26/03/1985, p. 65.

fez num documento oficial dos batistas, ele evidenciou sua coerência e sua fidelidade a um grupo da sociedade (militares) que já não estava mais no poder político da nação.

## **Considerações finais: a herança militar no meio batista**

O objetivo deste artigo, conforme apresentado anteriormente, foi o de analisar o envolvimento da liderança batista com o golpe militar de 1964 a partir de documentos oficiais da Convenção Batista Brasileira (CBB). Nesse sentido, e com base nas análises dos documentos coletados, uma série de considerações pode ser traçada sobre essa herança no meio batista.

A história continua sendo um ótimo instrumento de observação e aplicação do modelo figural de interpretação presente em Auerbach. Desse olhar, que foi mais detidamente voltado para o quinquênio inicial e final do governo militar, percebem-se as nuances da ligação batista entre os dois, cujo instrumento balizador de análise foi lastreado em Auerbach. Se, num primeiro momento, a “farda” estava embotada ou mesmo escondida por debaixo de um terno, no segundo momento, pelo que foi visto até aqui, a liderança batista da CBB vestiu a farda. O inicial envolvimento, que muitas vezes foi tratado com certo cuidado, tornou-se declarado no período final.

Não é só a história que cobra a conta de um envolvimento intenso com um regime ditatorial. Ao abraçar o regime, que não fez dieta ao violentar os direitos humanos de quem pensava e agia diferente, os batistas foram tragados para dentro de um formalismo do qual ainda não saíram. Essa mistura deixou marcas profundas e consequências na alma batista.

O primeiro legado é o da mácula histórica. Um grupo religioso que tem uma história tão bonita quanto os batistas não merecia vê-la maculada. Não porque suas vísceras não devam ser expostas, mas sim por conta do seu rastro histórico. Desde o início do século XVII, na Europa, quando surgiram, os batistas são preconizadores da liberdade religiosa, da liberdade de consciência e da liberdade de expressão. Foram perseguidos sem exercer perseguição até que veio o golpe militar. A partir de então, toleraram não a diferença, não a alteridade, mas a violência. Ao invés de se pronunciarem a favor dos Direitos Humanos, de usar o peso institucional como uma das principais, se não a principal denominação protestante na época do golpe, contra a barbárie ocorrida nos porões ditatoriais, preferiram o discurso do moralismo e da alienação. Envidaram esforços na propagação de uma mensagem cada vez mais distante da realidade, mais alienante e comprometida com as elites. Agora, na celebração da democracia, percebe-se como denominação envolvida numa história que não era dela, nem podia ser. Da qual ela, como liderança, fez questão de não fazer parte, de não contribuir para sua gestação e nascimento.

O segundo legado é a perda do lirismo. Ao longo da ditadura, os batistas ainda tiveram excelentes poetas no seu meio, tais como Myrtes Mathias e Gióia Júnior. O envolvimento com os militares, com seu formalismo e com sua crueldade (como ocorreu na ditadura), secou a poesia batista. Os poucos poetas que se arvoram em se chamar assim são áridos como uma farda engomada. Não há mais lirismo. Não há mais o estilo

poético, o estilo do divino, como Giambattista Vico e Martin Heidegger preconizam. A formalidade e a padronização militar embotaram as lideranças batistas, a ponto de desvalorizarem o poético. Os espaços para as declamações nos cultos, bem como para a publicação de poesias em formato de livros (pela então editora oficial dos batistas, a JUERP) ou mesmo para a inserção de poesias no O Jornal Batista, praticamente sumiram. Os concursos de poesias acabaram. Não havia como coadunar o estilo poético com a “farda”, com a rigidez institucional que passou a vigorar entre os batistas.

Aliada a essa perda do lirismo e da fala divina está a perda da alteridade. Os batistas passaram a incorporar um discurso hegemônico. Isso pode funcionar para os episcopais, mas não para uma denominação que mais se caracteriza por ser um movimento, devido à autonomia que as igrejas locais têm em relação à sua “matriz”. Exemplo disso, na primeira década de 2000, foi a verticalização de toda a estrutura administrativa da CBB. De algum modo, o modelo anterior podia ser caótico para se administrar, porém representava muito bem a forma de ser batista com juntas independentes. Os militares saíram do poder e décadas depois a influência dessa mentalidade diretiva, de comando, se mostra enraizada na cúpula batista.

Com a perda da alteridade, perdeu-se a identidade. Interessante que, na década de 1990, os batistas se atentaram para sua perda da identidade.<sup>77</sup> Muitos encontros e congressos foram promovidos. Na base da análise estava o crescimento dos grupos neopentecostais e a cooptação de muitos pastores a esse movimento. Contudo, tais encontros visavam ao “corpo” e não à “alma”. Ao limitar a temática a uma questão litúrgica, lamentando a ausência de um formalismo maior e de um controle sobre as igrejas, os batistas não resolveram seu problema identitário. Criou-se um paradoxo: o povo do mergulho (batismo como imersão) não quis a profundidade. E elas os levariam ao confronto dolorido com esse nefasto envolvimento com a ditadura civil-militar e com sua dificuldade de se situar no momento histórico que o Brasil passara a experimentar.

Outro legado foi o crescimento do legalismo no meio batista. Há uma rigidez enorme no meio batista, manifesta no seu apego ao estatuto, ao regimento interno e suas sucessivas alterações. Até pouco tempo atrás, boa parte do tempo e da pauta das assembleias anuais da CBB era ocupada com reformas de estatuto e regimento. O que se assevera aqui é que esse envolvimento com os militares embruteceu os batistas, a ponto de fazê-los perder a sensibilidade e a graça. Com uma pauta curta e uma visão miope e direcionada ora para as nuvens, ora para uma perspectiva intestina, os batistas se desconectaram da realidade.

O próprio OJB sofreu com essa interação. De um semanário que promovia debates, ele se transformou praticamente num “devocionário”. Sua escrita se tornou distante da realidade, numa clara adoção da “verticalidade”. Passou a ser uma literatura de inspiração direcionada para a alienação. E com a perda do toque com a realidade, perdeu seu encanto. Como Auerbach bem colocou, criou-se um distanciamento entre

---

<sup>77</sup> CASTRO; DUSILEK; SILVA, 2016, p. 75-83.

o editor e o leitor, que ocasionou a perda do interesse no material e que influenciou na queda da tiragem do jornal batista.

Por fim, o legado mais excruciante desse acoplamento com os militares foi o enfraquecimento da ação social e da luta pela justiça. Muitos líderes, por medo de serem taxados como comunistas ou por comodismo, e até mesmo diletantismo, acabaram deixando de se envolver com as questões sociais mais urgentes da sociedade. Ao enxergarem qualquer movimentação pelos pobres, ainda que fosse o de fornecer uma cesta básica como uma identificação e ação política, muitos deixaram de agir e amar o próximo. Como na parábola do bom samaritano contada por Jesus em Lucas, capítulo 10, muitos religiosos relegaram aos samaritanos o privilégio de socorrer os que ficaram pelo caminho. Sim, porque Jesus não coloca os desvalidos à margem da ação religiosa, mas sim no trajeto, no percurso, no caminho daqueles que vivem na ou da religião. O que não dizer da luta pela justiça social? Os batistas se apequenaram ao tirar do seu horizonte, do seu campo de visão, aquilo que lhe era essencial. Ao se revestirem com a farda, os batistas se desvestiram da essência do ensino de Jesus.

O relacionamento entre os batistas e o regime se deu mais pela cúpula da liderança batista. A maior parte dos fiéis, como mencionado anteriormente, pouco ou nada sabia desse envolvimento. Verdade seja dita que líderes questionaram e se posicionaram contra essa aliança, como foi o caso do já citado pastor Grellert. Mas eles sofreram perseguição, se não dos agentes da repressão, dos agentes institucionais. Muitos foram exilados da denominação, empurrados e enfiados para dentro de suas igrejas ou para outras áreas de atuação na sociedade civil.

Ao se expor esses fatos, espera-se que a luz colocada sobre esse envolvimento histórico evidencie a opção da liderança batista de então. Que essa mácula histórica seja também o sinal de uma vigorosa cicatriz, para que jamais os batistas voltem a negar sua história, sua trajetória, seu lastro e seu rastro. Um grupo que nasceu embebido pelos ideais de liberdade e apregoando as de consciência e culto não deveria ter “vestido a farda”, num apoio que pode ser chamado de acrítico, ao regime. A expectativa é de que os batistas jamais optem novamente por qualquer mecanismo de fuga da realidade, usando seus espaços físicos, literários ou imaginários para promover o amor, a justiça, a diversidade e a liberdade.

## **Referências**

- ALMEIDA, Luciane Silva de. Batistas e Ditadura Militar na Bahia. *Interações – Cultura e Comunidade*, Belo Horizonte, Brasil, v. 9, n. 15, p. 81-97, jan./jun. 2014.
- ANAIIS DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA DOS ANOS DE 1980 e 1981. Arquivos do Conselho de Coordenação e Planejamento da Convenção Batista Brasileira. Rio de Janeiro, 2013.
- ATAS DA JUNTA EXECUTIVA DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA DE 1978-1984. Arquivos do Conselho de Coordenação e Planejamento da Convenção Batista Brasileira.
- ATAS DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DA CBB DE 1985-1990. Arquivos do Conselho de Coordenação e Planejamento da Convenção Batista Brasileira.
- ATAS DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, ANOS DE 1964-1974 e 1980-1990. Arquivos do Conselho de Coordenação e Planejamento da Convenção Batista Brasileira.

- AUERBACH, Erich. *Mimesis: a Representação da Realidade na Literatura Ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Figura*. Tradução Duda Machado. São Paulo: Ática, 1997.
- \_\_\_\_\_. St. Francis of Assisi in Dante's Commedia. *Italica*, Tucson, Arizona, v. 22, n. 4, p. 166-179, Dec. 1945. (American Association of Teachers of Italian). Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/476226>>. Acesso em: 29 out. 2013.
- CAMPOS, Leonildo S. Protestantes na primeira fase do regime militar brasileiro: atos e retórica da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (1964-1985). *HORIZONTE: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião* (Online), Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 95-156, 2002.
- CASTRO, Alexandre de Carvalho; DUSILEK, Sérgio Ricardo Gonçalves; SILVA, Clemir Fernandes. Identidade Social, Mídia Televisiva e Construção Histórico-Cultural da Memória Coletiva: o caso de um movimento sócio-religioso no Brasil. *RELIGIÃO & SOCIEDADE*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 74-102, 2016.
- DIAS, Zwinglio M. (Org.) *Memórias Ecumênicas Protestantes – Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência*. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014.
- LANDERS, John. *Teologia dos Princípios Batistas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações, 1987.
- LESSA, Helcio da Silva. *Ação Social Cristã*. Guanabara (Rio de Janeiro): Movimento “Diretriz Evangélica”, [1985?]. p. 71-76.
- MOCIDADE BATISTA – Revista de Atualidades/Programas de Treinamento. Rio de Janeiro: JUMOC, 1. Trimestre de 1972. p. 36-37.
- O JORNAL BATISTA [da] Convenção Batista Brasileira. Rio de Janeiro, 1964-1985. Semanal.
- NUNES, Adão Pereira. *Conversa de Plantão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PAZ, Carlos Eugênio. In: MORAES NETO, Geneton. *A Incrível história do guerrilheiro que recrutou a mãe para a luta armada, participou do “justicamento” e deu aula de música a crianças: é hora de “jogar luz” nos porões*. Disponível em: <[www.g1.globo.com/platb/geneton/2012/07/02](http://www.g1.globo.com/platb/geneton/2012/07/02)>. Acesso em: 13 mar. 2015.
- SCHMIDT, Daniel Augusto. *Protestantismo e Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Reflexão, 2014.
- SILVA, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). *Ditadura militar na Bahia: Novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 31-51.
- SMITH, Wilfred Cantwell. *O sentido e o fim da religião*. São Leopoldo: EST; Sinodal, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Do Estado Novo à Ditadura Militar: memórias de um soldado*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SOUZA, Silas Luiz de. *Protestantismo e Ditadura: os presbiterianos e o Governo Militar no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.
- WAIZBORT, Leopoldo. *A passagem do três ao um; crítica literária, sociologia, filologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.